

## **Relatório de acompanhamento das Iniciações Científicas vinculadas ao fluxo meio ambiente 2013.**

Este relatório apresenta a contribuição de pesquisas de Iniciação Científica vinculadas ao fluxo meio ambiente para o andamento das atividades do Projeto Temático Ecopolítica durante o ano de 2012. Uma das metas de um projeto temático consiste na formação de pesquisadores, desde a elaboração do tema até a apresentação do resultado, passando pela busca das fontes e trabalho analítico. Nesse ano foram quatro pesquisas realizadas por bolsistas FAPESP e PIBIC-CNPq, referentes aos temas propostos pelo fluxo. Três relatórios de IC são documentos finais que concluíram temas iniciados em anos anteriores e o outro mostra os trabalhos iniciais de uma pesquisa em curso.

No segundo semestre de 2012, iniciou-se uma nova pesquisa, *Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente*, realizada pelo estudante de Ciências Sociais, Ricardo Mota Santos, com a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Salete de Oliveira.

Em seu relatório preliminar, o pesquisador mostra o levantamento realizado no semestre para descrever as conexões internacionais do Ministério do Meio Ambiente articuladas com a participação do país em encontros e decisões internacionais. Destaca-se a atuação da Assessoria de Assuntos Internacionais (ASIN) nas negociações e cooperação com países como Noruega, Alemanha, União Européia, Estados Unidos e com os principais blocos institucionais envolvidos com os temas ambientais do Ministério: Mercosul, Organização .do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA); Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). As fontes de pesquisa encontram-se no site do MMA e aos links que este encaminha.

Em seu texto conclusivo da IC, *Partido Verde: governamentalidade e dispositivo ambiental*, Vitor Osorio mostrou momentos da trajetória de um dos fundadores do Partido Verde brasileiro, Fernando Gabeira e de Marina Silva em sua breve passagem pelo partido.

No Brasil, a trajetória de Fernando Gabeira exemplificou a institucionalização de movimentos alternativos em partidos políticos ou programas de partidos. Militante de esquerda, Gabeira foi exilado durante a ditadura civil-militar e permaneceu na Suécia de 1971 a 1978. Lá acompanhou as lutas ambientais locais, a movimentação em torno da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. Percebeu a ecologia como uma arma política, pois ao se articular o consumo de bens com as reivindicações em torno da produção, poderiam ser configuradas ações além da esquerda e da direita.<sup>1</sup> Gabeira retornou ao Brasil em 1979, com a bagagem das lutas alternativas e aqui encontrou já uma incipiente movimentação em torno de temas ambientais.

O recém-fundado Partido dos Trabalhadores incorporou temas ambientais em seu programa. Em 1982, o ecologista Listz Vieira foi eleito deputado no Rio de Janeiro pelo PT. Em 1986, tentou-se criar o Partido Verde. Gabeira pretendia concorrer às eleições ao governo estadual do Rio de Janeiro pelo PV, mas o atraso no registro fez com ele saísse candidato pelo PT. O Partido Verde oficializou-se pouco depois da Nova Constituição de 1988 e teve uma participação expressiva junto às atividades das organizações não-governamentais que se formavam em torno da ECO-92. Gabeira entrou para o PV, e saiu candidato à Presidência da República em 1989.

O trabalho de Vitor Osorio não tem como foco uma história da atuação do PV, mas sim mostrar como nessa segunda década do século XXI, a prática partidária redimensionou-se pelo dispositivo meio ambiente com a formação de partidos ecológicos ou inclusão de temas ambientais em programas partidários,

---

<sup>1</sup> Vitor OSORIO, Op. Cit., p. 13.

ao mesmo tempo em que se promoveram formas novas de participação na política que tem desafiado a atuação parlamentar.

Em 2010, a ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula, Marina Silva, tornou-se candidata à Presidência da República pelo Partido Verde. Obteve uma votação expressiva, para isso a participação da sociedade civil foi fundamental, pois o PV não fez coalizões com outros grupos para fortalecer as bases com tem sido praxe no cotidiano político-partidário. A participação que deu votos à Marina veio da maneira com que a candidata e seus simpatizantes vinham fazendo política desde um pouco antes da saída do Ministério do Meio Ambiente em 2008, e o rompimento com o PT em 2009.

Em 2007, um movimento apartidário, denominado "Movimento Marina Silva Presidente" mobilizou-se em torno da bandeira ambiental e elegeu Marina Silva como potencial candidata à Presidência. Eduardo Rombauer<sup>2</sup> articulou isso em redes sociais, mesmo "à revelia" da Ministra. Ao sair do PT Marina assumiu a liderança dessa campanha. A repercussão do movimento foi grande também fora do Brasil. Em 2009, instigado pelo Partido Verde alemão, o Partido Verde convidou-a se filiar para dar consistência institucional à candidatura. Porém, logo depois das eleições de 2010, ela deixou o PV, com o qual nunca se identificou, para continuar com o que denominava "diálogo horizontal por meio de redes".<sup>3</sup>

As Redes tem sido consideradas por esses grupos da "nova política" *"uma tecnologia fundamental para essa maneira de governar a partir da liberdade. Segundo Ricardo Abramovay (2012), as redes sociais e as mídias digitais abrem caminho para formas inéditas de cooperação humana. "Uma nova ética econômica que traz consequências decisivas à própria organização da sociedade civil," Elas funcionam por meio de colaboração anônima em ambientes públicos e são modalidades descentralizadas de criação de riqueza. "A sociedade da informação em rede abre*

---

<sup>2</sup> O perfil e as atividades de Eduardo Rombauer foram apresentadas no relatório de 2011 a partir do trabalho de Vitor Osório na primeira fase da pesquisa de IC.

<sup>3</sup> Marina Silva, Apud V.Osorio, p.46.

*caminho para superar o antagonismo que marcou a relação entre mercado e cooperação social.”<sup>4</sup>*

Estas fórmulas de se fazer uma “nova política” arrebanham jovens inquietos, descontentes e apartidários em torno do que se denomina “ética sustentável e colaboracionista”. Ainda como um resultado da repercussão do Movimento Nova Política, em fevereiro de 2013, Marina formou um partido, denominado Rede Sustentabilidade,<sup>5</sup> ou apenas REDE, nome escolhido por simpatizantes na Internet. Entre os mais generosos patrocinadores do novo partido estão Guilherme Leal, da Natura, que foi vice na chapa para Presidência de 2010, e Alice Setubal, detentora de parte do Banco Itau.<sup>6</sup> Ambas empresas, Natura e Banco Itau, são “comprometidas com a sustentabilidade”, como veremos adiante no trabalho de Iniciação Científica de Felipe Costa.

A Natura procura ser um modelo de sustentabilidade e responsabilidade sócio-ambiental corporativa por meio de projetos e investimentos sociais. Seu proprietário é também um dos fundadores do Instituto Ethos, discutido adiante na Iniciação Científica de Hannah Aflalo. O Instituto coordena esforços para que empresas contribuam com a sustentabilidade com o objetivo não deixar isso apenas com o Estado e ONGs. A estes caberia interferir com certificações, monitoramentos, mas também estabelecer exigências para o cumprimento de metas, incluindo punições aos faltosos. Há um novo padrão de regulação privada, uma “governança não estatal”, mas no limite as exigências só se cumprem com aparato legislativo, com Estado.<sup>7</sup>

No caso, a nova política de Marina, estimulada por iniciativas de empreendedores como Eduardo Rombauer, apoiada por empresários sócio-

---

<sup>4</sup> ABRAMOVAY Apud Vitor OSORIO. Op. Cit., p.47.

<sup>5</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/02/novo-partido-de-marina-silva-vai-se-chamar-rede-sustentabilidade.html>

<sup>6</sup> Marina Silva lança seu partido. <http://www.tribunadaimprensa.com.br/?p=60263>

<sup>7</sup> V. OSORIO. Op. Cit. pp. 70-71

ambientalmente responsáveis, responde a formas “inovadoras” de participação exigidas pela ecogovernamentalidade.

O relatório apresenta como uma conclusão da pesquisa que o alternativo institucionalizou-se. No entanto estas novas instituições podem continuar a determinar condutas alternativas, sem que o *mainstream* seja abalado, ou ainda mais, fortalecendo-o. “O que todos tem em comum é uma resposta para o problema do planeta. Seja através de uma nova forma de fazer política, seja por meio do desenvolvimento sustentável, pela economia verde, o que está em jogo é a construção de uma verdade planetária reconhecida pela ciência e pelos ‘alternativos’ que determine as políticas de Estado e as condutas individuais.”<sup>8</sup>

A construção de verdades depende do funcionamento de dispositivos ou grupo de dispositivos cuja estratégia visa moldar as condutas. O Instituto Ethos foi objeto de uma iniciação científica da estudante Hannah Aflalo. Ano passado, o trabalho estava incluído no fluxo penalização a céu aberto, no entanto, os desdobramentos da pesquisa apontaram a presença do Instituto como parte do funcionamento do dispositivo meio ambiente.

Dentre as procedências do Instituto Ethos, fundado em 1998, está um compromisso entre empresários formulado na Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, de 1965, pela Associação dos Dirigentes Cristãos Empresariais do Brasil, fundada em 1961, como filial de organizações empresariais da Holanda, Bélgica e França.<sup>9</sup> Para esse grupo de empresários cristãos, uma empresa seria mais do que um negócio, pois haveria responsabilidade em relação aos funcionários, à comunidade do entorno, assim como aos clientes, fornecedores, além dos acionistas, grandes ou pequenos. Outra procedência é o tema Responsabilidade Social Empresarial RSE, debatida pelo *Business for Social Responsibility* dos Estados Unidos, trazida à América

---

<sup>8</sup> V. OSORIO, p. 92.

<sup>9</sup> <http://www.uniapac.org/>

Latina pelos empresários Oded Grajew e Valdemar de Oliveira Neto durante a realização da I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas, em 2001.

O objetivo principal do Instituto seria o de influenciar a reestruturação da economia, transformando a sociedade, mediante mudança de condutas do empresariado. *“Sendo assim, o Instituto Ethos pretende vincular às propostas de RSE à Carta da Terra, transformando-a em referência para o movimento de sustentabilidade. Ricardo Young, vereador eleito pelo PV com mais de 100 mil votos, esclarece que ‘Consideramos a Carta o melhor compêndio sistematizado do que entendemos ser um padrão de desenvolvimento sustentável’”*.<sup>10</sup> A Carta da Terra aparece como referência para a efetivação de uma ética planetária, divulgada como a base de uma ética do cuidado e do amor ao planeta e a todos seus habitantes.

O Instituto Ethos surgiu para orientar e monitorar empresas visando que estas se tornem “cidadãs” e funcionem com responsabilidade social, situa-se, portanto dentro de uma nova proposta de governamentalização.

*Essa cidadania faz com que as empresas aglutinem responsabilidades que ultrapassam o interesse empresarial original, de gerar capital para os investidores, e a política assistencialista característica da empresa social. A empresa-cidadã (...) assume uma posição pró-ativa, acrescentando ao seu papel de agente econômico ou de agente social. Essa transferência de responsabilidades é acompanhada da ‘pressão pela saída do Estado de setores tradicionais de atuação e regulação; e reafirmação dos valores liberais e de mercado’”*.<sup>11</sup>

Em 2008, dez anos depois da fundação, o Ethos redirecionou suas atividades de uma exclusiva gestão empresarial para um foco maior no meio ambiente, sinônimo de “natureza” ou “verde”. Aumentou assim o papel de articulação de políticas públicas: *“Cada vez mais o instituto Ethos adotará um papel*

---

<sup>10</sup> Hannah AFLALO. *O Instituto Ethos e sua influência global na conduta socialmente responsável tida como necessária e desejável*. Relatório Final de IC, PUCSP, 2013. p.71

<sup>11</sup> Hannah AFLALO, Op. Cit. pp. 8-9

*articulador de indução de políticas públicas e de posicionamentos em relação às questões estratégicas de sustentabilidade.”*<sup>12</sup>.

O Instituto produz verdades e as mobiliza a ponto das empresas aceitarem o enquadramento em modelos de cidadania empresarial e a prestação pública de contas sobre a efetividade dos seus programas de responsabilidade social e sustentabilidade. O Instituto tem um papel modulador da necessidade e vontade de praticar a responsabilidade social, um papel articulador e antecipador de uma legislação no tema<sup>13</sup> e principalmente um papel atuante como um disseminador dessas práticas através de atividades de treinamento, cursos e consultoria e também publicações, eventos, estímulo e patrocínio a estudos e pesquisas. Para tal, desdobrou-se no UniEthos, pois as atividades que demandam pagamento não podem ser atribuídas ao Instituto que juridicamente é uma OSCIP, sem fins lucrativos e portanto, sem poder cobrar pelos serviços educacionais.

A publicação do balanço social por parte das empresas é um dos principais meios práticos para se avaliar o alcance da responsabilidade social. O Instituto transmite os benefícios do balanço social, argumentando que: *“a) garante sua competitividade; b) dá exemplo para outras empresas; c) ajuda a própria empresa a melhorar seu desempenho social; d) antecipa o enquadramento a uma futura lei de responsabilidade social.”*<sup>14</sup>

Além da construção de verdades legitimadas mediante pesquisas científicas em ciências humanas, mediante indicadores e seus resultados, há a necessidade de divulgá-las e estabelecer consenso em torno delas. Organização de eventos como conferências e grupos de trabalho, assim como participação em outros eventos, como na *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, a Rio+20, são estratégias de consolidação das posturas e condutas desejáveis.

---

<sup>12</sup> *Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)*. Apud. H. Aflalo, op. Cit. p. 64.

<sup>13</sup> H. AFLALO, Op. Cit. p. 11

<sup>14</sup> H.AFLALO. Op. Cit., p 11

Por exemplo, durante a Conferência Internacional Ethos em 2012, formaram-se diversos consensos em relação à responsabilidade das empresas e ao desenvolvimento sustentável, que, acompanhados das noções de transparência e participação, guiam o policiamento entre as empresas e dentro delas. Os principais consensos são: “ a) a responsabilidade social pode ser uma resposta para a crise mundial e é uma necessidade que não pode mais ser adiada; b) todos querem um desenvolvimento sustentável, igual e incluyente; c) o desenvolvimento sustentável é capaz de reduzir as desigualdades entre os países e dentro deles; d) o investimento em energia renovável é indiscutível, deve ser feito; e) as empresas tem papel determinante na mudança da sociedade em direção à igualdade.”<sup>15</sup>

Mesmo com toda inovação nas formas de governar, não se prescinde do Estado para legislar e, no limite da força, punir aqueles que relutam em participar. Ao lado de toda orientação dada pelo Instituto em busca de consenso e participação voluntária das empresas, tramita um projeto de Lei de Responsabilidade Social, em que o Balanço Social normatizará a atitude responsável.

Com a transparência, em que a interação entre finanças e ações “responsáveis” disponibilizam-se, as empresas poderão vigiar-se mutuamente com mais eficácia. Esse controle em prol do “bem social” aproxima-se da função policial. Policia no sentido que tinha nos séculos XV e XVI, em que foi criada primordialmente para assegurar a saúde, a higiene e os padrões urbanos das populações. Procede do poder pastoral que cuida de toda comunidade e de cada indivíduo em particular. Essa “antiga tecnologia de poder”, originada nas instituições cristãs, foi incorporada, segundo Foucault, pelo Estado moderno ocidental.

O poder pastoral-polícia permanece ativo na política, velha ou *nova*, como também vimos anteriormente na análise da nova política alternativa e apartidária. “*Há, hoje, sob a governança neoliberal, um redimensionamento do poder*

---

<sup>15</sup> H. AFLALO. Op. Cit. , p. 12

*pastoral'. É na responsabilidade social conferida às ONGs e empresas que se encontra a função pastoral de dirigir condutas, na medida em que 'o Estado não é mais o planejador da economia e a instituição responsável pela correção das desigualdades sociais'.*"<sup>16</sup>

O estudante de economia, Felipe Costa, apresentou o seu relatório final da pesquisa de IC: *"Como as empresas pensam a sustentabilidade"*, orientado pelo Prof. Dr. Edson Passetti, com financiamento FAPESP de dezembro de 2011 a dezembro de 2012. Em anos anteriores, foi feito um histórico da noção de desenvolvimento sustentável, do deslocamento para noção de sustentabilidade a partir de textos dos teóricos do assunto e análise de documentos sobre o assunto. Em 2012, apresentou-se um amplo panorama da relação das empresas com a sustentabilidade a partir de análise de documentos produzidos por elas e por organizações empresariais.<sup>17</sup>

Quatro empresas foram escolhidas para uma análise exaustiva e comparativa de seus respectivos relatórios de sustentabilidade. São de setores diferentes, uma de mineração, a Vale do Rio Doce; um banco, Itaú-Unibanco; empresa da área de cosméticos, a Natura; e por fim uma empresa de papel e celulose, a Fibria, ligada à Aracruz, no Espírito Santo. Foi desenvolvida uma metodologia para comparar os documentos selecionados, baseada em dez perguntas cujas respostas estaria contidas nos relatórios estudados.

Uma das hipóteses de trabalho afirma que a visão de sustentabilidade varia de uma empresa para outra e isso depende muito da área em que atuam. Apesar de dizerem que seguem diretrizes da ONU na definição da sustentabilidade, cada uma trata o tema de um modo. A Vale enfatiza a relação sustentável com os ecossistemas das áreas onde atua. A Natura foca biodiversidade, questões florestais devido às matérias-primas que utiliza e também busca manter bom relacionamento com as comunidades de onde extrai a matéria-prima. O Banco Itaú busca manter a confiança dos grupos envolvidos,

---

<sup>16</sup> Acácio AUGUSTO Apud H. AFLALO. Op. Cit. p. 25.

<sup>17</sup> Felipe COSTA. *Como as empresas pensam a sustentabilidade*. Relatório Final de IC. PUCSP, 2013.

no caso, os fornecedores e os clientes de perfis diversos. A Fibria se ocupa dos ecossistemas e com as comunidades do entorno, com destaque para quilombolas e indígenas.

As ações descritas como de responsabilidade social na realidade funcionam para amortecer e mitigar conflitos das empresas que usam produtos de ecossistemas no processo produtivo e dependem do acesso a áreas onde há matéria-prima. Há uma ideia assistencialista que atravessa as ações para a minimização de conflitos com as comunidades envolvidas. Programas de filantropia, educativos, de empregabilidade, servem para a negociação com a população local. No caso do Itaú, porém, a meta das ações de responsabilidade socio-ambiental é obter mais clientes mediante uma imagem de engajamento com causas mais amplas do que mero lucro.

No entanto, o engajamento com o meio ambiente e sustentabilidade motiva-se pelos benefícios disso às empresas numa perspectiva de lucros em longo prazo. O compromisso maior é divulgar amplamente suas “boas práticas” mediante relatórios e comunicação na mídia. A pesquisa comprovou que a ação sustentável da empresa só ocorre se isso beneficiar, apesar do discurso de promoverem o *bem comum*.

Nos relatórios de sustentabilidade estudados, o pesquisador não encontrou menção a qualquer mudança do paradigma capitalista nos processos de produção e consumo como meios de se chegar à sustentabilidade. A sustentabilidade se tornou um consenso, mas não há nenhuma clara definição do que seja, nem de seus pressupostos, e isso não parece fazer falta pois o compromisso “*vai apenas até o ponto necessário à obtenção de lucro. Assim, as empresas agem de forma a obter lucro e a responder a demandas sociais, sem, no entanto, mudar estruturas das quais elas dependem,(...) Em outras palavras, o raio de ação das empresas é limitado por seus interesses financeiros. Por essa perspectiva, é ingenuidade esperar que mudanças de trajetória sejam efetuadas por setores cuja existência depende das estruturas problemáticas. Também não é prudente esperar*

*mudanças por meio da ação de organismos transacionais financiados e dirigidos por pessoas cujo poder é oriundo dessas mesmas estruturas”.*<sup>18</sup>

O consenso em torno da sustentabilidade repousa em toda uma série de práticas de construção e exercício de verdades, como vimos anteriormente nos esforços minuciosos de Institutos como o Ethos em disseminar conceitos e exigências sobre responsabilidade socio-ambiental. *“Não obstante, as análises e informações da presente pesquisa demonstram que as empresas não estão de fato comprometidas com essa ‘verdade’ e que o consenso a respeito dessas questões apenas dissimulou o conflito entre economia e meio ambiente, como se ele não existisse. Para as empresas, entretanto, a necessidade de lucro continua sendo a ‘verdade’ mais forte”.*<sup>19</sup>

As soluções “para o mundo” aparecem exigindo um consenso planetário, em que os Estados funcionariam como agentes que administram decisões transfronteiriças com a participação de corporações, empresas, organizações não estatais de diversos setores, além de representantes de agências de governo. Os relatórios de iniciação científica mostraram o como vai se construindo esse consenso e como as verdades se sedimentam com práticas de vigilância e controle do que pode ser visto e enunciado.

---

<sup>18</sup> F. COSTA. Op.Cit., p 79.

<sup>19</sup> F. COSTA, Op.Cit., p. 84